



## **COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

### **Ordinária**

### **REUNIÃO DO DIA 16 DE JUNHO DE 2015**

**15:00 Horas**

### **ORDEM DO DIA**

1. Ratificação das votações indiciárias alcançadas no Grupo de Trabalho - Implicações Legislativas da Convenção de Istambul sobre as seguintes iniciativas legislativas:

Projeto de Lei n.º 515/XII/3.<sup>a</sup> (CDS-PP) - Procede à 31.<sup>a</sup> alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, criando o crime de mutilação genital feminina;

Projeto de Lei n.º 517/XII/3.<sup>a</sup> (PSD) - Autonomiza a criminalização da mutilação genital feminina - 31.<sup>a</sup> alteração ao Código Penal;

Projeto de Lei n.º 647/XII/3.<sup>a</sup> (PSD/CDS-PP) - Altera o Código Penal, criminalizando a perseguição e o casamento forçado;

Projeto de Lei n.º 659/XII/4.<sup>a</sup> (PS) - Procede à alteração do Código Penal, criando os crimes de perseguição e casamento forçado em cumprimento do disposto na Convenção de Istambul;

Projeto de Lei n.º 661/XII/4.<sup>a</sup> (BE) - Cria o tipo legal de assédio sexual no Código Penal;

Projeto de Lei n.º 663/XII/4.<sup>a</sup> (BE) - Cria o tipo legal de perseguição no Código Penal;

Projeto de Lei n.º 664/XII/4.<sup>a</sup> (BE) - Altera a previsão legal dos crimes de violação e coação sexual no Código Penal;

Projeto de Lei n.º 665/XII/4.<sup>a</sup> (BE) - Altera a natureza do crime de violação, tornando-o crime público;

2. Nova apreciação do Projeto de Lei n.º 530/XII/3.<sup>a</sup> (PSD/CDS-PP) - "Lei que define os princípios que regem a cobertura jornalística das eleições e referendos nacionais";

3. Discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 325/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) - "Procede à 37.<sup>a</sup> alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, transpondo integralmente as Diretivas n.ºs 2008/99/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro de 2008, relativa à proteção do ambiente através do direito penal, e 2009/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009, que altera a Diretiva n.º 2005/35/CE relativa à poluição por navios e à introdução de sanções em caso de infrações".
4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, para audição de várias entidades no âmbito da Proposta de Lei n.º 327/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) - "Define as regras do financiamento das Associações Humanitárias de Bombeiros, no continente, enquanto entidades detentoras de corpos de bombeiros";
5. Discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 327/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) - "Define as regras do financiamento das Associações Humanitárias de Bombeiros, no continente, enquanto entidades detentoras de corpos de bombeiros";
6. Discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 319/XII/4.<sup>a</sup> (GOV) - "Procede à segunda alteração à Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, que aprova a Lei de Bases da Proteção Civil";

7. Fixação de redações finais de textos aprovados, designadamente:

Texto que procede à "Sétima alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro (Lei da Nacionalidade), estendendo a nacionalidade portuguesa originária aos netos de portugueses nascidos no estrangeiro" - [Projeto de Lei n.º 382/XII/4.<sup>a</sup> (PSD)];

Texto que procede à "Trigésima sétima alteração ao Código Penal, sétima alteração à Lei n.º 34/87, de 16 de julho, terceira alteração à Lei n.º 93/99, de 14 de julho, vigésima quarta alteração ao Código de Processo Penal, quinta alteração à Lei n.º 36/94, de 29 de setembro, sexta alteração à Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro, terceira alteração à Lei n.º 101/2001, de 25 de agosto, quarta alteração à Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto e sexta alteração à Lei n.º 4/83, de 2 de abril" - [Projeto de Lei n.º 798/XII/4.<sup>a</sup> (PSD/CDS-PP)];

Texto que "Estabelece o regime jurídico da emissão e transmissão entre Portugal e os outros Estados membros da União Europeia de decisões que apliquem medidas de proteção, transpondo a Diretiva n.º 2011/99/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à decisão europeia de proteção" - [PPL n.º 314/XII/4.<sup>a</sup> (GOV)];

8. Apreciação e votação de relatórios finais de petições, designadamente:

Petição n.º 480/XII/4.<sup>a</sup> - "Pretende que seja aprovada legislação sobre o Estatuto das organizações não-governamentais de proteção civil";



Relatora - Deputada Isabel Oneto (PS)

**9. Outros assuntos.**